A segunda posse

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

A segunda posse de Luíz Inácio Lula da Silva ocorreu ontem. Mas, quem subiu a rampa do Palácio do Planalto foram os derrotados na eleição do ano passado, inconformados com a derrota, dispostos a qualquer aventura para reverter o resultado do pleito. Jair Bolsonaro continua na pitoresca cidade de Kissmee, na Flórida, nos Estados Unidos, junto aos parques temáticos, esperando que aconteça alguma coisa séria no Brasil. O exemplo de Donald Trump, que incentivou a invasão do Capitólio há dois anos, frutificou em toda a América Latina.

Os golpistas se revelaram. Deixaram a frente dos quartéis, decepcionados com a inação dos militares e decidiram assumir o poder do país à força. Na marra. A tiros. Naturalmente, nada foi espontâneo. Há sempre um centro organizador de todo o movimento, há fornecedores, mantenedores e difusores de ordens táticas. A Polícia Militar do Distrito Federal, a exemplo do ocorrido recentemente no centro de Brasília, demorou a chegar, custou a agir e foi condescendente. Um show de incompetência ou conivência.

O espetáculo foi dantesco e não será esquecido tão cedo. Foi mais sério do que o ocorrido em 2013, quando havia forte movimento contra a realização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo no Brasil. Naquela época, o governo Dilma Rousseff ficou sob séria pressão. Agora, o presidente Lula na primeira semana de existência de seu governo descobre que ele será obrigado a lidar com inimigos abertos, não apenas adversários políticos. A divisão ideológica do país atingiu níveis jamais antes experimentados. Situação alarmante. O objetivo era vandalizar monumentos públicos e provocar um golpe de estado.

A depredação do prédio do Supremo Tribunal Federal é indesculpável. A demolição do plenário do Senado Federal não é algo que possa ser esquecido tão cedo. A destruição do Palácio do Planalto, sede do governo federal, é episódio intolerável para a convivência democrática. Tratou-se de invasão dos bárbaros que se levantaram de algum pântano da sociedade brasileira decididos a tomar o poder de acordo com suas baixas expectativas. Quebraram tudo o que viram pela frente. Destruíram impressoras, computadores, obras de artes. Não pouparam nada.

É o retrato de uma tragédia, que começou como problema político anos atrás e evoluiu para essa onda de violência que é absolutamente estranha à história do Brasil. Nunca houve aqui grandes explosões de violência pública, no estilo do que já aconteceu em países vizinhos de língua espanhola. Os brasileiros se revelaram no dia de ontem. Não respeitaram limites, não se detiveram diante da lei, nem da autoridade. Ultrapassaram todos as fronteiras da convivência e se jogaram de corpo inteiro no protesto violento e irracional. Tentar tomar o poder pela força é absurdo, ilógico e desborda para o simples terrorismo. É um golpismo sem ideologia. A violência pela violência.

Muito ainda vai se escrever sobre este episódio dantesco. Vários chefes de estado se solidarizaram com o presidente Lula. O Secretário de Estado Anthony Blinken lamentou o incidente. O presidente Joe Biden chamou o episódio de ultrajante. Os políticos norte-americanos começaram a protestar contra a presença de Bolsonaro na Flórida, onde, aliás, também está o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, que foi Ministro da Justiça no governo anterior. Coincidência incrível.

Do ponto de vista da política local, a intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal é um desastre de enormes proporções. O pedido público de desculpas do governador Ibaneis Rocha é insuficiente. Não resolve o problema e não alcança o âmago da questão. O governo não reagiu na medida da provocação. Foi omisso. As consequências serão sentidas ao longo dos próximos tempos. A convivência com o governo federal foi arranhada de maneira definitiva. Será muito difícil reparar a confiança. A provinciana política local ficará marcada pela incompetência e a inapetência na solução das sérias questões nacionais. As muitas prisões realizadas não reduziram o desgaste.

O dia 8 de janeiro de 2023 ficará marcado para sempre na história da jovem capital brasileira que sobreviveu a várias crises. Já assistiu a desfilar de tanques para fechar o prédio do Congresso Nacional, viu militar chicotear automóveis quando houve decretação de estado de emergência. A Esplanada dos Ministérios, imaginada pelo gênio de Niemeyer para receber as manifestações do povo assistiu ontem a marcha de fascistas, que não vestiam camisas negras, mas amarelas. O símbolo da nacionalidade decaiu para significar o que há de mais baixo no exercício da política. Aconteceu ontem a segunda posse do presidente Luíz Inácio Lula da Silva. Ele teve a noção clara do enorme desafio que o aguarda no Palácio do Planalto.



Soluções inteligentes para a saúde

» NELSON MUSSOLINI
Presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

O sistema brasileiro de saúde pública é um exemplo global. O Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior plano público de assistência médico-hospitalar do mundo, com cerca de 70 milhões de pessoas que dependem única e exclusivamente dele e mais de 120 milhões de pessoas que usam o SUS de alguma forma — direta ou indireta.

Por isso, o SUS pode ser uma alavanca importante para o incentivo do complexo industrial da saúde, uma das prioridades do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Podemos e devemos tirar proveito do preceito constitucional segundo o qual "a saúde é direito de todos e dever do Estado". Aquilo que para muitos é um problema, pode ser uma solução.

O poder de compra do setor público pode ser usado para incentivar a indústria localizada no país ou atrair empresas para cá, independentemente da origem do seu capital; pode estimular transferências de tecnologia, criar sinergias que propiciem reduções de preços e melhorem o ambiente de negócios no país. Mas sempre no marco de regras claras, pois existem duas premissas fundamentais para o desenvolvimento da indústria farmacêutica e da indústria de saúde: previsibilidade e segurança jurídica. Em um setor que para desenvolver um novo produto precisa de anos de vultosos investimentos e sempre se defronta com a incerteza do resultado final, nada é viável sem que haja um ambiente estável para estimular os investimentos necessários.

Exemplo marcante dessa dinâmica virtuosa se deu durante a pandemia, quando a realização de pesquisas clínicas e a produção no Brasil de vacinas contra a covid-19 só se concretizou graças às negociações de transferência de tecnologia entre indústrias farmacêuticas nacionais e internacionais, laboratórios públicos, centros de pesquisa e autoridades brasileiras e mundiais.

Ao mesmo tempo, não faz sentido dividir o sistema de saúde entre público e privado. Saúde é saúde. O privado na saúde é suplementar ao público, auxiliando naquilo que se precisa fazer. Tome-se o sucesso notável do programa Aqui Tem Farmácia Popular, baseado numa parceria entre a indústria e o varejo farmacêutico e o governo.

Assim, o caminho é ampliar essa colaboração. Especialmente no Brasil, onde os recursos públicos são escassos na área de investimento, o Estado não deve investir um único real em algo em que não tenha certeza de retorno. Na saúde, assim como em outras áreas, cabe ao setor privado correr o risco do investimento, tendo em vista o potencial futuro tanto do mercado institucional quanto privado.

Tampouco faz sentido a Lei 14.313, de 2022, que dispõe sobre os processos de incorporação de tecnologias ao SUS e sobre a utilização, pelo sistema público, "de medicamentos cuja indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro da Anvisa", é um verdadeiro atentado contra o SUS, a Anvisa e, por consequência, a saúde pública. Essa regra deveria ser revogada imediatamente.

Essa lei só faria algum sentido se o uso off label fosse adotado para doenças que não têm medicamentos registrados na Anvisa e depois de amplo debate com a sociedade. Havendo solução terapêutica, devidamente aprovada pelo órgão regulador, que, por sinal, é um dos mais respeitados do mundo, não há motivo plausível para colocar em risco, ainda que mínimo, os usuários do SUS e a saúde pública.

Portanto, se algumas regras forem mudadas, a perspectiva para a indústria farmacêutica e o complexo produtivo da saúde no país é muito favorável. Temos centros de excelência na área de desenvolvimento — e isso é muito importante. Temos grandes universidades e grandes hospitais. Poucos países hoje têm uma medicina tão avançada quanto a brasileira.

Reafirme-se: o que falta é usar de forma adequada o poder de compra do Estado e resolver a questão tributária. Não se reivindica aqui benefícios fiscais, mas, sim, uma carga tributária de melhor qualidade, que não iniba a capacidade das empresas de gerar inovação, empregos e riqueza para o país, em prol de toda a sociedade.

Vamos encontrar saídas inteligentes para solucionar problemas complexos. Não existem saídas simples para questões complexas. E o setor farmacêutico está pronto a participar desse debate com gestores e especialistas, buscar modelos e firmar compromissos com o governo, no sentido de aprimorar o acesso da população brasileira a bens e serviços de qualidade na saúde. Pois um fato é inegável: não existe país desenvolvido que não tenha uma indústria farmacêutica forte.

Melhores dias virão

» MAURÍCIO MELO JÚNIOR
Jornalista e escritor

Quando o desânimo ameaça vir, canto com Sérgio Sampaio: Luiz Melodia, melhores dias virão. A esperança não é só minha. Lula, empossado presidente em 2003, anunciou: "Ninguém está mais otimista que eu".

Minha esperança renasce no direcionamento que se anuncia para a cultura. Chega de chorar, pela frente temos a reconstrução, sobretudo do Ministério da Cultura.

Criado no governo Sarney, o ministério nasceu com a pecha de acomodação para Celso Furtado. Esqueciam os críticos que, como congressista, Sarney criou a lei de renúncia fiscal para a cultura.

Inicialmente ela levou seu nome, mas, reformulada no governo de Fernando Henrique, se firmou como Lei Rouanet. Também vale lembrar que, no Maranhão dos anos 1950, Sarney, crítico literário e leitor de Fernando Pessoa, ligado ao grupo da Movelaria, era moderno, e Ferreira Gullar, sonetista do Centro Cultural Gonçalves Dias, era arcaico.

O Ministério da Cultura, nos últimos anos, minguou à condição de secretaria do Ministério do Turismo e colecionou descasos. Fora repaginado – o ministro Gilberto Gil dizia refundado – na primeira gestão de Lula, quando ganhou recursos além da renúncia fiscal. Vivia-se um terrível padrão: toda política cultural era vinculada à Lei Rouanet, ou seja, estava nas mãos do marketing empresarial. A maior parte dos recursos, assim, ficava com o cinema e sempre no eixo Rio-São Paulo. Os marqueteiros industriais desconheciam a amplitude cultural do país e outras manifestações além das já consolidadas.

Gil equalizou a conta, mas persistiram muitas desigualdades. Os fatos de agora, no entanto, apontam para uma reconstrução mais justa e igualitária. Os sinais vêm da campanha quando Lula declarou com todas as letras e esperanças que o país não precisa de armas, precisa de livros.

Luzes se jogam nesse caminho com a indicação de Marco Lucchesi para a presidência da Fundação Biblioteca Nacional e Fabiano Piúba para a Secretaria de Formação, Livro e Leitura. São pessoas ligadas à literatura, conhecem seus problemas e desejos. Lucchesi, poeta, escritor, tradutor e membro da Academia Brasileira de Letras, frequenta a Biblioteca Nacional desde a adolescência. Ex-Secretário da Cultura do Ceará, Piúba foi diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do MinC, é doutor em Educação, mestre em História e historiador.

Margareth Meneses, inicialmente recebida com descrença, demonstra acertos indiscutíveis. Isso não chega a surpreender, afinal, ela conhece o riscado. Cantora e compositora, é produtora cultural, sabe dos pedregosos caminhos para fazer cultura, e da importância econômica e social do setor. Criou a Fábrica Cultural, destinada à formação de jovens carentes na Bahia, estado que tem na cultura o principal canal de inserção social.

Creio que ela tem força e conhecimento para tocar a reconstrução. A vontade política está no governo. Assim nos diz a festa da posse, aberta com grupos de cultura popular e, nos palcos Gal Costa e Elza Soares, o refinamento e a diversidade de nossa música.

O jornalista Ênio Lins lembra outro fato importantíssimo: a volta do quadro Orixás, pintado por Djanira, ao Salão Nobre do Palácio do Planalto. Obra da década de 1960, é uma referência nas artes plásticas brasileiras e foi retirada de lá em 2020, num gesto denunciado por Ana Miranda como "de violência e agressão contra a liberdade religiosa, contra um patrimônio brasileiro, e contra a arte de nosso país". "Devolver Orixás a seu devido lugar simboliza o retorno do respeito à cultura brasileira ao Palácio do Planalto", lembra Ênio.

Os indicativos mostram que o novo governo acredita na força econômica e social da cultura. Agora é fazer a crença chegar àqueles que fazem cultura – poetas, seresteiros, namorados do fazer, sonhadores.

Tradicionalmente se remunera mal a essa gente, sob o terrível prisma de que produzir bens culturais é um exercício diletante. Precisamos lembrar Clarice Lispector. Convidada a escrever um calendário para a Petrobras, soube que não havia verba para pagar seu trabalho. Sua resposta deve figurar nas portas do Ministério da Cultura: "Não me peçam para fazer de graça a única coisa que sei fazer para ganhar dinheiro".

Secundando Milton Nascimento, é preciso ter força, é preciso ter garra, é preciso ter sonho sempre, afinal, Luiz Melodia, indiscutivelmente melhores dias virão.